



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



DOUGLAS SOARES SIQUEIRA

IMPACTO DAS AÇÕES POLICIAIS NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

GOIÂNIA-GO

2025

DOUGLAS SOARES SIQUEIRA

IMPACTO DAS AÇÕES POLICIAIS NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da Prof. Carla Vieira Fagundes Leão.

GOIÂNIA-GO

2025

IMPACTO DAS AÇÕES POLICIAIS NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

IMPACT OF POLICE ACTIONS ON SCHOOL COEXISTENCE

Douglas Soares Siqueira¹

Carla Vieira Fagundes Leão²

Resumo

O presente estudo investiga a percepção dos estudantes de escolas públicas estaduais de Goiás acerca da atuação da Polícia Militar no ambiente escolar, focando nos impactos dessa presença na segurança, comportamento e convivência social dos educandos. A pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, com aplicação de questionários semiestruturados a estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Os resultados revelam que a percepção dos alunos é influenciada pela forma como as ações policiais são conduzidas, sendo mais positiva quando pautadas em princípios de diálogo, escuta ativa e promoção de direitos. Por outro lado, práticas de cunho autoritário ou excessivamente coercitivas geram resistência e desconfiança por parte dos estudantes. O estudo também destaca a importância de políticas de formação continuada para os policiais que atuam nas escolas, bem como a necessidade de um Procedimento Operacional Padrão específico para o policiamento escolar, a fim de garantir a efetividade das ações preventivas e a proteção dos direitos dos estudantes.

Palavras-chave: Polícia Militar; Escola Pública; Segurança Escolar; Convivência Social; Policiamento Comunitário.

Abstract

This study explores how students from state public schools in Goiás perceive the role of the Military Police within the school environment, focusing on the impact of their presence on students' sense of safety, behavior, and social interactions. Using a mixed-methods approach, the research combines quantitative and qualitative tools, applying semi-structured questionnaires to middle and high school students. The findings show that students' perceptions largely depend on how police actions are carried out: when grounded in dialogue, active listening, and the promotion of rights, the presence of the police is viewed more positively. On the other hand, authoritarian or overly coercive practices tend to create resistance and distrust among students. The study also emphasizes the importance of continuous training policies for officers working in schools, as well as the development of a specific Standard Operating Procedure for school policing, ensuring that preventive actions are both effective and respectful of students' rights.

Keywords: Military Police; Public School; School Safety; Social Coexistence; Community Policing.

1 INTRODUÇÃO

A escola é um espaço central para a formação do indivíduo como cidadão, sendo responsável não apenas pela transmissão de conhecimentos, mas também pela construção de valores, atitudes e vínculos sociais, entretanto, nas últimas décadas, o ambiente escolar tem

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: xxxxxxxxxx@gmail.com. Telefone: (62)99999-9999.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em xxxxxxxxx e Especialista em Email: xxxxxxxxxx@gmail.com. Telefone: (62)99999-9999.

enfrentado crescente exposição a situações de conflito, indisciplina, violência física e simbólica, uso de drogas e insegurança generalizada, comprometendo não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também a convivência e a permanência dos educandos no espaço escolar (Abramovay, 2021), motivo pelo qual a Polícia Militar tem sido acionada como parceira estratégica das instituições educacionais, com a missão de prevenir e mediar conflitos e, sobretudo, promover segurança e cidadania.

No estado de Goiás, como afirma Costa (2017), ações como o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), a Patrulha Escolar e projetos de policiamento comunitário vêm sendo implementadas com o objetivo de integrar a Polícia Militar ao cotidiano escolar de maneira proativa e não repressiva. No entanto, pouco se sabe sobre como os próprios estudantes percebem essa presença policial em seu ambiente de convívio e essa lacuna justifica a necessidade de investigar diretamente as impressões, experiências e avaliações dos educandos, sujeitos centrais desse processo.

Diante disso, a questão a ser respondida é: “Como os estudantes percebem a presença e a atuação da Polícia Militar no ambiente escolar, e de que forma essas ações impactam sua segurança, comportamento, convivência social e perspectiva de futuro?”, com o objetivo de analisar os efeitos concretos e simbólicos dessa presença no ambiente educativo, investigando se ela é interpretada como uma forma de acolhimento e proteção ou como um mecanismo de vigilância e controle.

A justificativa da pesquisa se dá pela importância de produzir conhecimento empírico sobre a relação entre segurança pública e educação, com ênfase no papel da Polícia Militar do Estado de Goiás como agente preventivo e integrador, tornando o estudo relevante para a corporação ao fornecer elementos concretos para avaliar e qualificar suas ações no meio escolar e, ao mesmo tempo, contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficientes e sensíveis às demandas juvenis, enquanto, do ponto de vista acadêmico, o trabalho ajuda a preencher uma lacuna nas pesquisas sobre a percepção estudantil em relação à atuação policial na escola, tema ainda pouco explorado nos estudos sobre segurança pública (Nogueira, 2006).

O objetivo geral desta pesquisa trata-se de investigar como os estudantes avaliam a presença da Polícia Militar em suas escolas e quais impactos essa atuação gera em sua percepção de segurança, comportamento social e projetos de vida. Com isso, tem-se como objetivos específicos, questões como a compreensão de como os educandos avaliam a presença da Polícia Militar na escola, identificando se a consideram positiva, negativa ou indiferente; analisar o impacto das ações desenvolvidas pela PM (como palestras, programas educativos e patrulhamento) no cotidiano escolar e acima de tudo no comportamento dos educandos; verificar se a presença da PM contribui para o sentimento de segurança e bem-estar dos educandos dentro

do ambiente escolar; identificar se houve mudanças na perspectiva de vida ou nas escolhas dos educandos, a partir das experiências com a atuação da PM na escola; levantar sugestões e críticas por parte dos educandos quanto à presença e atuação da PM, visando uma reflexão sobre possíveis melhorias nessa relação.

A hipótese que se tem inicialmente é a de que as ações da Polícia Militar podem ser percebidas pelos educandos de maneira positiva e contribuir para o fortalecimento da convivência e da segurança escolar, quando são pautadas pelo respeito, pela escuta ativa e pela promoção da cidadania, porém, pode gerar efeito inverso caso a abordagem seja mais distante, autoritária ou descontextualizada.

Em termos metodológicos, a pesquisa adota uma abordagem quantitativa e qualitativa, conforme as tipologias descritas por Gil (2010) e Marconi & Lakatos (2011) e trata-se de uma pesquisa de campo, com aplicação de questionário semiestruturado a estudantes de escolas públicas estaduais goianas que participam de projetos regulares da Polícia Militar. O levantamento será complementado por pesquisa bibliográfica e documental, para embasar teoricamente a análise dos dados e terá como método de raciocínio adotado o indutivo, partindo da observação dos dados coletados para formulação de interpretações e conclusões.

Por sua vez, a organização se dará em capítulos onde será apresentado o referencial teórico sobre policiamento comunitário, prevenção escolar e a relação entre juventude e autoridade policial, com base em autores como Bittner (2003), Bayley (2006), Costa (2017) e Nogueira (2006); em seguida, no capítulo seguinte haverá os detalhes sobre os procedimentos metodológicos, incluindo critérios de seleção da amostra, estrutura do questionário e técnicas de análise; o próximo capítulo trará a análise e discussão dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados, relacionando-os com a teoria; e, por fim, a conclusão sistematiza os principais achados, limitações e recomendações práticas à PMGO.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 A inserção da Polícia Militar no contexto escolar

Historicamente a presença policial na escola era pontual e reativa, convocada apenas em situações específicas, como em casos de extrema violência, tráfico de drogas ou ameaça direta à integridade física de estudantes e profissionais da educação, entretanto, com o crescimento da violência urbana, aliado à vulnerabilidade de certas regiões escolares, incentivou-se uma reconfiguração dessa lógica, promovendo o ingresso da Polícia Militar como agente permanente de prevenção e apoio à convivência escolar, fazendo com o que a atuação da PM ganhe cada vez mais espaço nas políticas públicas de segurança e educação no Brasil.

A experiência do Estado de Goiás tem se destacado nesse cenário por meio da criação de unidades específicas, como o Batalhão Escolar e programas voltados à educação preventiva, sendo que, conforme relata Costa (2017), a Patrulha Escolar Comunitária da PMGO atua com foco na prevenção primária e na mediação de conflitos, e não como uma extensão da repressão penal e suas ações envolvem visitas regulares às escolas, palestras educativas, atendimento emergencial e integração com a gestão escolar, visando criar um ambiente de confiança mútua. O autor ainda destaca que essa atuação tem reduzido a necessidade de intervenções coercitivas, substituindo o confronto pelo diálogo.

Além disso, a estruturação de programas como o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) tem ampliado o alcance da PMGO nas escolas e tem como proposta a formação de uma rede de proteção que una escola, família e polícia, por meio de atividades educativas realizadas por policiais treinados especificamente para esse contexto. Essa atuação busca desconstruir a imagem de um policial meramente repressor, aproximando-o dos alunos como uma figura de referência social e moral.

No entanto, é preciso reconhecer que a presença da polícia no espaço escolar ainda gera divergências e isso pode ser evidenciado por Abramovay (2021), que afirma que há uma tensão constante entre o papel pedagógico da escola e o caráter disciplinador da instituição policial. O risco de naturalização da presença armada no cotidiano educacional pode provocar sensações de vigilância excessiva ou repressão simbólica, especialmente entre estudantes de camadas populares, que historicamente vivenciam relações mais conflituosas com agentes de segurança pública.

Nogueira (2006), em sua pesquisa sobre juventude e polícia, adverte que a percepção dos jovens sobre a presença policial está fortemente condicionada à forma como essa presença se manifesta. Em ambientes onde a PM atua com escuta ativa, respeito e mediação, tende a ser vista como parceira; ao contrário, quando baseada em abordagens autoritárias ou estigmatizantes, reforça sentimentos de exclusão e ameaça. Assim, a maneira como os policiais se inserem na rotina escolar é determinante para o êxito ou fracasso dessas estratégias de integração.

Sob essa perspectiva, é fundamental que a inserção da Polícia Militar nas escolas esteja embasada em princípios da segurança cidadã, da proteção integral da infância e juventude, e do respeito à autonomia pedagógica da instituição escolar, pois a simples presença física do policial não garante a sensação de segurança. É a qualidade do vínculo estabelecido com a comunidade escolar, o qual deve ser pautado pelo diálogo, confiança e parceria, que irá determinar se essa atuação será reconhecida como legítima.

2.2 Juventude, vulnerabilidade e autoridade policial

A relação entre juventude e instituições de autoridade, como a escola e a polícia, é marcada por múltiplas tensões, especialmente quando se trata de adolescentes que vivem em regiões de vulnerabilidade social, pois, em muitos contextos, a juventude é socialmente representada como grupo de risco ou potencial transgressor, o que impacta diretamente na forma como esses jovens são tratados por instituições públicas. De acordo com Wacquant (2007), o sistema de controle social contemporâneo se organiza por meio de instituições que disciplinam e excluem os sujeitos periféricos, e nesse cenário, escola e polícia operam de forma complementar, ora como espaços de proteção, ora como espaços de vigilância.

A inserção da Polícia Militar em escolas que atendem populações vulneráveis pode reproduzir uma lógica de controle se não for cuidadosamente planejada, pois, como alerta Nogueira (2006), a presença policial desprovida de uma abordagem educativa e cidadã tende a ser percebida pelos jovens como coerção ou ameaça, já que, em muitos casos, a autoridade policial gera desconfiança, especialmente quando suas ações se aproximam de estratégias repressivas, como abordagens ostensivas ou uso de linguagem agressiva, de modo que a forma como o policial se apresenta e interage com os estudantes se torna decisiva para determinar se sua presença terá caráter pedagógico ou disciplinador.

A literatura sobre juventude aponta ainda que os adolescentes tendem a construir sua identidade em oposição a figuras de autoridade, especialmente quando não se sentem reconhecidos ou ouvidos. Conforme Dayrell (2003), os jovens são sujeitos ativos na produção de cultura e sentido, e a escola é um espaço privilegiado dessa construção, portanto, quando o ambiente escolar incorpora a lógica da repressão ou do medo, essa dinâmica é rompida, produzindo efeitos contrários à inclusão social. É por isso que a presença da PM nas escolas precisa estar orientada pela escuta e pela mediação de conflitos, e não apenas pelo controle comportamental.

É fundamental também a compreensão de que o próprio conceito de vulnerabilidade não pode ser utilizado de forma homogênea. Para Silva e Silva (2014), a vulnerabilidade juvenil é composta por fatores sociais, econômicos, familiares e simbólicos, que não se resumem à localização geográfica ou à renda familiar e, nesse sentido, a construção de uma atuação policial mais eficaz no ambiente escolar exige o reconhecimento dessas múltiplas dimensões, o que demanda formação continuada e sensibilidade por parte dos agentes públicos.

Além disso, os dados empíricos levantados por Abramovay (2021) demonstram que jovens que vivenciam experiências positivas com autoridades policiais, como, por exemplo, diálogos respeitosos, atividades educativas e reconhecimento de suas opiniões, tendem a desenvolver maior confiança nas instituições. Isso evidencia que a percepção juvenil não é

imutável, mas construída socialmente, sendo possível ressignificar a presença da PM nas escolas a partir de práticas que valorizem os estudantes como sujeitos de direitos.

2.3 A função social da polícia: entre a prevenção e a coerção

A atuação da Polícia Militar é marcada por uma complexa dualidade entre suas funções preventivas e coercitivas e de acordo com Bittner (2003), a essência do trabalho policial está na capacidade de aplicar a força de maneira legítima para garantir a ordem pública. Entretanto, o autor ainda salienta que a atividade policial vai além da repressão, incluindo também a mediação de conflitos, a prestação de serviços e o apoio à comunidade e esse entendimento é fundamental ao se discutir a inserção da polícia em ambientes escolares, espaços que exigem abordagens pedagógicas e de proteção social.

Bayley (2006) também contribui para esse debate ao apresentar as três dimensões fundamentais da atuação policial: atribuições institucionais, situações enfrentadas e os procedimentos adotados. No contexto escolar, essas dimensões ganham contornos específicos, pois o policial passa a lidar com situações que vão desde conflitos interpessoais até emergências de segurança, sendo exigida uma postura que combine autoridade com sensibilidade educacional.

O estudo de Costa (2017), mostra que o trabalho da Patrulha Escolar Comunitária da Polícia Militar de Goiás tem se destacado pela sua orientação predominantemente preventiva. A pesquisa evidencia que, na prática, a atuação policial nas escolas goianas prioriza ações como visitas comunitárias, palestras educativas, patrulhamento ostensivo nas imediações e atendimento emergencial, reduzindo a necessidade de intervenções coercitivas.

Entretanto, é importante reconhecer que a presença policial em escolas ainda suscita debates sobre o risco de militarização do ambiente educacional. Abramovay (2021) alerta para a tensão entre a função pedagógica da escola e o caráter disciplinador da polícia, destacando que o equilíbrio entre prevenção e coerção é um dos principais desafios para a construção de uma convivência escolar saudável.

Além disso, a literatura aponta que a forma como a polícia exerce sua função social pode influenciar significativamente a percepção dos estudantes sobre segurança e cidadania. Como afirma Oliveira (2014), programas como o PROERD exemplificam iniciativas que buscam fortalecer o caráter preventivo da ação policial, promovendo educação para a resistência às drogas e à violência por meio de estratégias dialogadas e participativas.

Por outro lado, a ausência de uma normatização clara sobre a atuação policial nas escolas, como apontado por Costa (2017), pode gerar inconsistências nas abordagens e provocar interpretações equivocadas tanto por parte dos policiais quanto da comunidade escolar. Essa

lacuna institucional reforça a necessidade de formação específica e contínua para os agentes que atuam no contexto escolar, com foco em mediação de conflitos, direitos humanos e desenvolvimento juvenil.

2.4 Relações de proximidade da Polícia comunitária

O conceito de polícia comunitária representa uma mudança de paradigma na segurança pública, deslocando o foco exclusivo da repressão para uma atuação que se baseia na proximidade, diálogo e construção conjunta de soluções com a comunidade, sendo que no contexto escolar, essa abordagem ganha contornos ainda mais específicos, já que envolve o contato direto com um público vulnerável, ou seja, crianças e adolescentes em processo de formação social e cidadã.

Segundo Costa (2017), a Patrulha Escolar Comunitária da Polícia Militar de Goiás é um exemplo concreto da aplicação da filosofia de polícia comunitária no ambiente educacional, destacando-se que suas ações vão além do patrulhamento ostensivo ao envolver atividades de prevenção primária, orientação de segurança e mediação de conflitos, sempre em articulação com a equipe gestora das escolas e com os familiares dos estudantes, buscando construir um vínculo de confiança entre policiais e comunidade escolar, vínculo este que, segundo o autor, tem se mostrado fundamental para reduzir situações de violência e fortalecer o sentimento de segurança.

Abramovay (2021) também enfatiza que a criação de relações de proximidade entre a polícia e os alunos pode transformar a percepção que os jovens têm da corporação, superando estigmas associados à repressão e promovendo uma imagem de parceiro na proteção e promoção de direitos. Para tanto, é essencial que os policiais estejam preparados para lidar com as especificidades do universo escolar, compreendendo as dinâmicas próprias desse espaço social.

Dentro dessa perspectiva, Oliveira (2014) aponta o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) como uma das principais ferramentas de aproximação entre polícia e comunidade escolar. O programa, que envolve o trabalho de policiais capacitados para atuar como instrutores, foca na prevenção primária ao uso de drogas e à violência, desenvolvendo com os alunos habilidades de resistência à pressão de pares e de tomada de decisão consciente. A autora destaca que, ao promover o diálogo e estimular a participação ativa dos estudantes, o PROERD contribui para a construção de uma imagem mais humanizada da Polícia Militar.

Entretanto, apesar dos avanços, Costa (2017) ressalta que ainda existem desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à ausência de normatização específica para o trabalho policial nas escolas. A falta de um Procedimento Operacional Padrão (POP) formalizado

gera heterogeneidade nas práticas adotadas pelos policiais, o que pode comprometer a eficácia das ações e prejudicar a construção de vínculos sólidos com a comunidade escolar.

Adicionalmente, Abramovay (2021) chama atenção para o risco de que a presença policial nas escolas seja percebida como uma forma de vigilância ou controle excessivo, especialmente em contextos em que a atuação dos agentes de segurança pública não é pautada por princípios de cidadania e respeito aos direitos dos estudantes. Por isso, a formação continuada dos policiais que atuam nas escolas é apontada como um fator crucial para o sucesso da abordagem comunitária.

2.5 A percepção dos educandos: um olhar a partir dos sujeitos

Compreender de que forma os estudantes percebem a presença da Polícia Militar nas escolas é de grande relevância para avaliar a efetividade das políticas de segurança escolar, mas deve-se levar em consideração, que essa percepção não é homogênea e pode variar de acordo com alguns fatores, como, por exemplo, histórico de interação com a polícia, contexto socioeconômico, perfil da comunidade escolar e a forma como as ações policiais são executadas.

Segundo Abramovay (2021), muitos estudantes, principalmente os que vivem em regiões marcadas por vulnerabilidade social e violência urbana, carregam uma visão ambivalente sobre a presença policial, pois, por um lado, há o reconhecimento da importância de ações que garantam a segurança e o enfrentamento de situações de risco dentro e no entorno da escola, porém, por outro lado, existe uma resistência latente, a qual é alimentada por experiências anteriores de abordagens autoritárias e pela associação histórica da polícia com a repressão.

Costa (2017), em seu estudo sobre o policiamento escolar em Goiânia, constatou que grande parte dos alunos atendidos pela Patrulha Escolar Comunitária reconhece a importância da presença policial como fator de proteção. Entretanto, o autor também ressalta que essa percepção positiva só se consolidou nos contextos em que os policiais mantêm uma postura de diálogo, escuta ativa e mediação de conflitos, evitando atitudes truculentas ou intimidadoras.

Essa relação de confiança se constrói a partir de interações cotidianas, e isso pode ser destacado por Oliveira (2014), a qual afirma que programas como o PROERD têm um papel importante nesse processo, pois proporcionam aos alunos uma experiência positiva com os policiais, desmistificando a imagem exclusivamente repressiva da corporação.

Contudo, a resistência de parte dos alunos não pode ser ignorada. Abramovay (2021) destaca que os jovens são sujeitos críticos, com capacidade de identificar contradições entre o discurso institucional e as práticas efetivas dos agentes. Quando percebem incoerências, como

atitudes discriminatórias, uso excessivo da autoridade ou ausência de empatia por parte dos policiais, os estudantes tendem a reforçar sentimentos de desconfiança e rejeição.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao impacto emocional da presença policial no cotidiano escolar, pois a pesquisa de Nogueira (2006) aponta que a simples presença de um policial fardado pode gerar, para alguns alunos, sentimentos de medo ou ansiedade, especialmente para aqueles que já vivenciaram experiências negativas com a polícia fora do ambiente escolar. Isso evidencia a importância de um trabalho voltado à construção de vínculos afetivos e pedagógicos entre os agentes de segurança e os estudantes.

Além disso, as expectativas dos alunos em relação à Polícia Militar também precisam ser consideradas, uma vez que muitos esperam que a presença policial vá além do controle disciplinar, envolvendo ações de orientação, aconselhamento e promoção de direitos, pois, conforme afirma Costa (2017), os estudantes anseiam por um policial acessível, que compreenda suas realidades e que atue como mediador de conflitos, e não apenas como agente punitivo.

Conclui-se que a percepção dos estudantes sobre a atuação policial nas escolas é socialmente construída e dinâmica, variando conforme as experiências vividas e a qualidade das interações, sendo que políticas de formação continuada, escuta ativa e práticas de polícia comunitária são estratégias fundamentais para fortalecer a confiança dos alunos e transformar a presença policial em elemento de proteção e promoção da cidadania no ambiente escolar.

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada é mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para permitir uma análise ampla e aprofundada sobre a percepção dos estudantes quanto à atuação da Polícia Militar no ambiente escolar, sendo essa escolha justificada pela complexidade do tema, que envolve aspectos objetivos, como dados numéricos e estatísticos, e subjetivos, como opiniões, sentimentos e experiências individuais.

Conforme ensina Gil (2010), a pesquisa de natureza quantitativa possibilita a mensuração de variáveis e a identificação de padrões comportamentais e atitudinais, enquanto a pesquisa qualitativa permite a interpretação de fenômenos sociais em profundidade, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos pesquisados. Neste contexto, o método de pesquisa adotado será o indutivo, partindo da observação e análise dos dados coletados junto aos estudantes para, posteriormente, realizar generalizações e interpretações que possam contribuir para a melhoria das práticas de segurança escolar.

Quanto ao tipo de pesquisa, este estudo configura-se como pesquisa de campo, pois envolve a coleta direta de dados com os estudantes de escolas públicas estaduais do Estado de

Goiás, que participam de projetos de policiamento escolar, como a Patrulha Escolar Comunitária e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Além disso, será realizada uma pesquisa bibliográfica, com base em autores especializados na área de segurança pública, educação e juventude, como Bittner (2003), Bayley (2006), Costa (2017), Abramovay (2021) e Oliveira (2014).

O universo da pesquisa será composto por estudantes regularmente matriculados em escolas públicas estaduais localizadas na região metropolitana de Goiânia, que tenham recebido ações regulares da Polícia Militar nos últimos dois anos. A escolha dessas unidades escolares se justifica pela continuidade e pela intensidade das atividades de policiamento escolar nesses locais, conforme os dados operacionais da Polícia Militar de Goiás (PMGO, 2023).

A amostra será não probabilística e intencional, conforme preconizado por Marconi e Lakatos (2011), com seleção dos participantes mediante critérios como a participação em programas como o PROERD e a frequência de interação com a Patrulha Escolar Comunitária. Estima-se a participação de aproximadamente 100 estudantes do ensino fundamental II e do ensino médio, respeitando-se os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

O instrumento principal para coleta de dados será um questionário semiestruturado, contendo perguntas fechadas e abertas, sendo que as questões fechadas permitirão a quantificação das percepções e sentimentos dos alunos em relação à presença policial nas escolas, enquanto as perguntas abertas possibilitarão a expressão livre de opiniões, críticas e sugestões.

A análise dos dados seguirá dois procedimentos metodológicos. As respostas às questões fechadas serão tratadas por meio de estatística descritiva, com uso de tabelas e gráficos para apresentação de frequências, médias e percentuais. Já as respostas abertas serão submetidas à análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias temáticas que representem os diferentes sentidos atribuídos pelos estudantes à atuação policial no ambiente escolar.

Além da coleta de dados primários, será realizada uma análise documental das diretrizes institucionais da PMGO relativas ao policiamento escolar, especialmente o Procedimento Operacional Padrão (POP) vigente e as orientações técnicas emitidas pela corporação. Também serão consultados relatórios de atividades do Batalhão Escolar, de modo a contextualizar os dados empíricos.

Por fim, é importante ressaltar que a pesquisa seguirá rigorosamente os preceitos éticos estabelecidos para trabalhos de campo em ambientes escolares. Todos os participantes serão previamente informados sobre os objetivos do estudo, garantindo-se o sigilo das informações e

o direito à recusa ou desistência a qualquer momento, conforme orientações da Plataforma Brasil e da Resolução CNS nº 510/2016.

Em síntese, a metodologia proposta busca garantir a credibilidade científica do estudo e sua aplicabilidade prática, fornecendo à Polícia Militar do Estado de Goiás e aos gestores escolares um diagnóstico detalhado sobre as percepções juvenis acerca da segurança escolar e da presença policial, com o objetivo de subsidiar melhorias nas estratégias de policiamento comunitário e nas políticas públicas de prevenção à violência nas escolas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Perfil dos Participantes e Frequência de Interação com a Polícia Militar

A pesquisa de campo foi aplicada a uma amostra de 102 estudantes de três escolas públicas estaduais localizadas na região metropolitana de Goiânia, todas com histórico consolidado de participação em projetos como o PROERD e atuação contínua da Patrulha Escolar Comunitária. A amostra incluiu alunos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio (1º ao 3º ano), sendo que: 55,8% dos respondentes foram do sexo feminino e 44,2% do sexo masculino; A faixa etária predominante foi de 13 a 17 anos; 68% afirmaram já ter participado diretamente de alguma ação da Polícia Militar em sua escola (palestras, rondas, orientações); 32% disseram conhecer a atuação apenas de forma indireta, por observação ou relatos de colegas.

A frequência de interação com a PM revelou que 74% dos entrevistados relataram ter contato semanal ou quinzenal com policiais nas escolas, o que acaba demonstrando que o policiamento escolar tem mantido uma presença ativa, favorecendo a construção de vínculos e o acompanhamento contínuo do ambiente educacional.

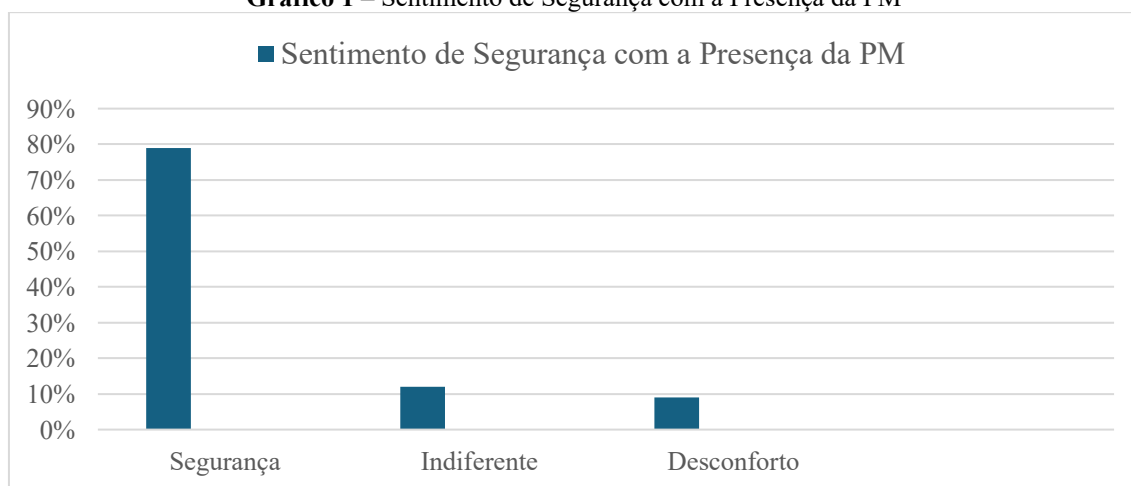
Contudo, a percepção dessa presença variou de forma importante de acordo com a experiência vivida pelos alunos, pois, entre os que relataram maior proximidade com os policiais e participação em atividades educativas, a avaliação geral foi mais positiva, enquanto entre aqueles que tiveram contato apenas visual ou em situações de repreensão, a avaliação foi mais crítica. Isso confirma a hipótese de que a qualidade da interação com os agentes da segurança pública é um fator determinante na percepção dos educandos, como já antecipado por Abramovay (2021) e Costa (2017).

4.2 Percepções sobre Segurança, Ações Preventivas e Convivência Escolar

A percepção dos estudantes sobre segurança no ambiente escolar é um aspecto central para compreender o impacto das ações da Polícia Militar no cotidiano das escolas públicas estaduais. A partir da análise dos dados coletados por meio de questionário semiestruturado, foi possível identificar que a presença policial gera efeitos diversos entre os educandos, variando de acordo com o estilo de abordagem, frequência de interação e tipo de ação desenvolvida.

Questionados sobre o sentimento de segurança em relação à presença da Polícia Militar, 79% dos estudantes afirmaram sentir-se mais seguros com a atuação frequente da PM na escola. Para esses alunos, a presença ostensiva, aliada a ações preventivas como rondas regulares, gera uma sensação de proteção diante de situações de risco, como brigas, furtos, uso de drogas ou a entrada de pessoas externas à comunidade escolar. Entretanto, 12% dos estudantes disseram não perceber diferença significativa na segurança escolar com a presença da PM, enquanto 9% relataram desconforto ou sensação de vigilância excessiva. Nesse grupo minoritário, emergiram comentários como “às vezes dá medo, parece que a gente está sendo vigiado o tempo todo” e “tem policial que trata a gente com desconfiança”, revelando que, em alguns contextos, a atuação policial pode ser interpretada como intrusiva ou autoritária, especialmente quando não acompanhada de diálogo ou mediação. O gráfico abaixo ilustra os dados:

Gráfico 1 – Sentimento de Segurança com a Presença da PM



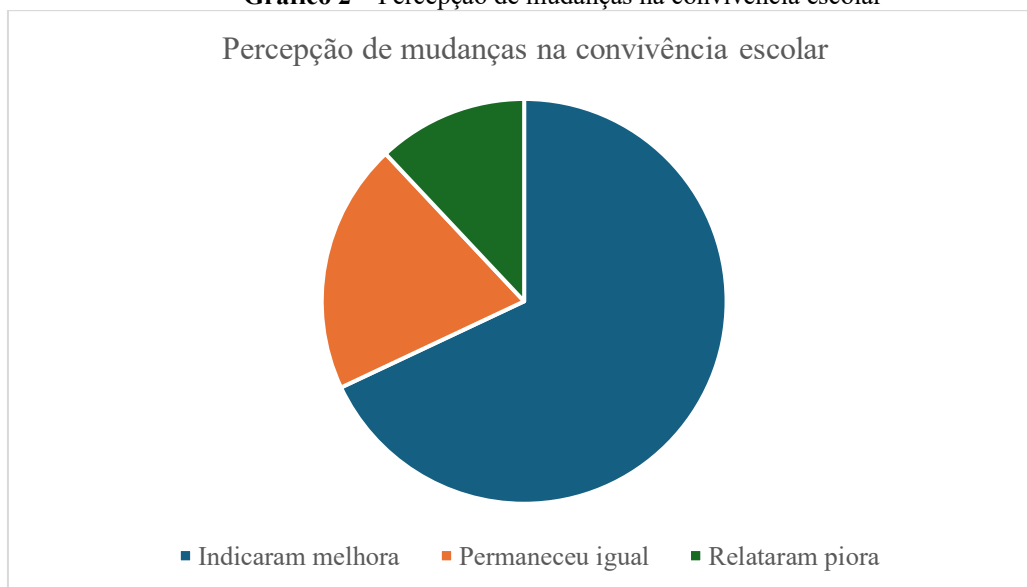
Fonte: Autor (2025)

Essas percepções ambivalentes refletem a dupla faceta da atuação policial no ambiente escolar, já discutida por autores como Nogueira (2006) e Dayrell (2003), pois, de um lado, a Polícia Militar é reconhecida como agente de proteção, contribuindo para a redução de conflitos e o fortalecimento da ordem, enquanto, de outro, pode ser percebida como um instrumento de controle comportamental, especialmente por jovens que já vivenciaram abordagens repressivas ou discriminatórias fora do ambiente escolar.

No tocante às ações preventivas desenvolvidas nas escolas, a mais mencionada pelos estudantes foi o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), citado por 88% dos entrevistados. Os alunos relataram que as palestras e atividades promovidas pelo programa são bem recebidas, pois abordam temas sensíveis ao universo juvenil, como bullying, drogas, violência familiar e saúde mental. Em segundo lugar, as rondas escolares visíveis foram lembradas por 73% dos participantes, sendo associadas ao aumento do sentimento de segurança no entorno e nos horários de entrada e saída das aulas. Já a mediação de conflitos foi apontada por 41% dos alunos, com destaque para a intervenção policial em casos de brigas e desentendimentos entre colegas.

Ao serem questionados sobre eventuais mudanças no clima escolar após a implementação das ações da Polícia Militar, 68% indicaram que houve melhora na convivência, com destaque para a redução de conflitos, aumento do respeito mútuo e sensação de disciplina mais equilibrada. Por outro lado, 20% afirmaram não ter notado alterações, enquanto 12% relataram piora na convivência, especialmente em contextos onde a abordagem policial se mostrou mais rígida, pouco sensível ou distante das realidades dos alunos. O gráfico abaixo ilustra os dados informados:

Gráfico 2 – Percepção de mudanças na convivência escolar



Fonte: Autor (2025)

Os resultados confirmam a hipótese de que a maneira como a Polícia Militar se insere no ambiente escolar é decisiva para o êxito ou fracasso de sua atuação, sendo que práticas pautadas no diálogo, na escuta e no reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos tendem a fortalecer vínculos e favorecer uma convivência escolar mais saudável e democrática.

4.3 Expectativas dos Estudantes e Sugestões para Melhorias

A dimensão qualitativa da pesquisa revelou aspectos relevantes sobre as expectativas dos educandos em relação à atuação da Polícia Militar no ambiente escolar. Ao serem estimulados a expressar livremente suas percepções e sugestões, os estudantes trouxeram contribuições que foram sistematizadas com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016), resultando em cinco categorias temáticas recorrentes: humanização no tratamento, ampliação das ações educativas, continuidade nas visitas escolares, adequação da abordagem policial e criação de espaços de escuta.

A categoria "humanização no tratamento" foi a mais mencionada, com 59 ocorrências, revelando o desejo dos alunos por respeito, empatia e proximidade, como evidenciam frases como “os policiais deviam conversar mais com a gente e menos mandar” ou “falar com respeito ajuda a gente a confiar neles”, que expressam a busca por uma abordagem que transcenda a autoridade formal e valorize a escuta ativa e o reconhecimento do estudante como sujeito de direitos.

Na sequência, com 45 menções, destacou-se o pedido por mais ações educativas, evidenciando o interesse dos participantes em temas sensíveis ao universo juvenil, como prevenção ao uso de drogas, violência doméstica, saúde mental e orientação vocacional.

Outro ponto recorrente foi a solicitação por maior continuidade nas visitas e integração com a escola, com 32 menções, sendo que os alunos relataram que a presença policial esporádica gera sensação de abandono, enquanto a convivência regular favorece a criação de vínculos, como exemplifica o comentário “tem escola que quase não vê a PM, aí os alunos fazem bagunça”, sugerindo que a frequência dessa presença impacta diretamente a disciplina e a percepção de segurança.

Em quarto lugar, com 17 ocorrências, destacou-se a crítica à forma de abordagem, especialmente quando envolve posturas intimidadoras, com os alunos sugerindo que os policiais “cheguem mais tranquilos e perguntem primeiro”, a fim de evitar a reprodução de práticas repressivas.

Por fim, 13 estudantes sugeriram a criação de espaços de escuta, como rodas de conversa ou momentos de acolhimento. A proposta revela o interesse dos jovens por um canal direto com os policiais, pautado pelo diálogo e confiança.

Essas sugestões evidenciam que os estudantes não desejam uma presença policial meramente disciplinadora, mas sim uma atuação pedagógica, participativa e humanizada, em conformidade com os princípios da polícia comunitária e com a missão de promoção de cidadania no ambiente escolar, conforme sustentam Costa (2017) e Abramovay (2021).

4.4 Impactos na Construção de Projetos de Vida e Relações com a Autoridade

Um dado revelou que, após experiências positivas com policiais nas escolas, 37% dos alunos passaram a considerar a carreira militar ou a admirar mais a profissão, 55% afirmaram não ter tido impacto em seus projetos de vida, e 8% relataram que a presença policial intensificou a rejeição à autoridade ou o sentimento de desconfiança.

Essas informações evidenciam que, embora nem todos estabeleçam vínculos com a figura policial, há uma parcela significativa de estudantes que transforma a experiência escolar com a PM em referência para suas escolhas futuras.

Além disso, foi possível observar que o modo como os policiais atuam afeta diretamente a formação da identidade juvenil e a noção de autoridade. Onde há respeito, escuta e atenção às realidades dos alunos, há maior abertura ao diálogo e construção de vínculos de confiança. Em contrapartida, atitudes autoritárias ou descontextualizadas geram resistência e afastamento, reproduzindo o ciclo de exclusão social identificado por autores como Wacquant (2007) e Dayrell (2003).

No cruzamento entre segurança pública e educação, fica evidente que a atuação policial pode ser um fator de promoção de cidadania e valorização da convivência democrática – desde que orientada por princípios de formação continuada, sensibilidade social e respeito aos direitos humanos.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo investigou, por meio de uma abordagem metodológica mista, a percepção de estudantes de escolas públicas estaduais da região metropolitana de Goiânia sobre a atuação da Polícia Militar no ambiente escolar, analisando os impactos dessa presença na segurança, no comportamento e na convivência social dos alunos.

Os resultados revelaram que a presença da Polícia Militar é, em sua maioria, bem recebida pelos estudantes, especialmente quando suas ações se pautam pelo respeito, escuta ativa, mediação de conflitos e práticas educativas, sendo programas como o PROERD e a atuação da Patrulha Escolar Comunitária amplamente mencionados como instrumentos eficazes para promover segurança e fortalecer a convivência escolar, enquanto a presença regular e humanizada dos policiais também contribui positivamente para a construção de vínculos de confiança, influenciando inclusive as perspectivas profissionais e os projetos de vida de parte dos estudantes.

O estudo também mostrou que há percepções negativas sobre a presença policial, principalmente em contextos marcados por posturas autoritárias ou descontextualizadas, nos quais alunos que vivenciaram experiências de repressão ou vigilância excessiva relataram sentimentos de desconforto, insegurança e resistência, evidenciando a importância de se considerar cuidadosamente a forma como a autoridade é exercida no ambiente escolar, e nesse sentido, a pesquisa reforça a ideia de que a qualidade da interação entre policial e aluno é determinante para o sucesso das ações de policiamento escolar.

A análise qualitativa das sugestões oferecidas pelos estudantes trouxe contribuições valiosas para o aprimoramento da atuação da PMGO nas escolas. Os alunos manifestaram o desejo por uma polícia mais próxima, acessível e sensível às realidades juvenis, que atue não apenas como agente de controle, mas como parceira na formação cidadã. Destaca-se, ainda, que essa aproximação depende da construção de um ambiente dialógico, em que os adolescentes se sintam ouvidos, respeitados e incluídos nos processos decisórios sobre a segurança de seu próprio espaço escolar.

Diante desses achados, recomenda-se o fortalecimento da formação continuada dos policiais que atuam no ambiente escolar, com foco em mediação de conflitos, direitos humanos e pedagogia da presença, além da elaboração de um Procedimento Operacional Padrão (POP) específico para o policiamento escolar, a fim de assegurar uniformidade, legitimidade e efetividade nas ações preventivas, com respeito aos direitos dos estudantes e à autonomia pedagógica das escolas. Por fim, espera-se que este estudo possa subsidiar reflexões institucionais e políticas públicas voltadas ao aperfeiçoamento do policiamento comunitário em ambientes educacionais, contribuindo para a consolidação de uma cultura de paz e cidadania nas escolas públicas goianas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas Escolas**. 2. ed. Brasília: FLACSO Brasil, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Comparativa Internacional**. São Paulo: Edusp, 2006.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

COSTA, Leon Denis da. Policiamento Escolar: o trabalho policial em Goiânia-GO. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública (REBESP)**, v. 10, n. 1, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NOGUEIRA, Adriana Nunes. **Juventude e Polícia: uma Relação de Conflitos e Percepções**. Goiânia: UFG, 2006.

OLIVEIRA, Flávia Roberta de Gusmão. Considerações sobre a Efetividade do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência da Polícia Militar. **REBESP**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 2-10, 2014.

PMGO – Polícia Militar do Estado de Goiás. **Procedimento Operacional Padrão – Patrulhamento Escolar**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.